



SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Santos Brasil Participações S.A. (Santos Brasil) relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Mensagem da Administração

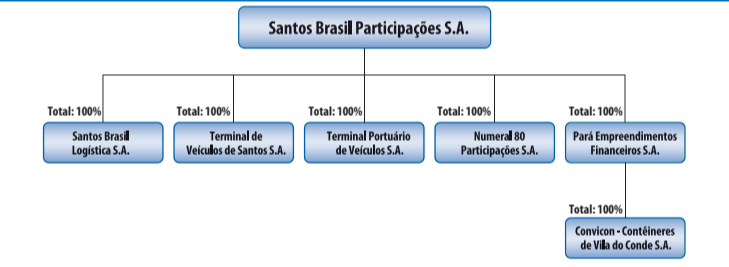
O aprofundamento da recessão econômica brasileira e seus desdobramentos, sobretudo nos índices de emprego e de consumo, tiveram forte impacto no fluxo de comércio internacional brasileiro e, por consequente, nos resultados da Santos Brasil em 2016. O Porto de Santos registrou queda de 3,9% no volume total de contêineres movimentados e de 8,9% nos contêineres de importação, gerando forte pressão sobre os preços praticados tanto nas operações de cais, quanto nas de armazenagem. A estratégia adotada para enfrentar o competitivo e desafiador ambiente de negócios no Porto de Santos resultou em recuperação na participação de mercado do Tecon Santos, que registrou crescimento de 9,0% no volume, com 1,4 milhão de TEUs movimentados, mantendo-se na liderança com 39,7% de *market share*. Em Vila do Conde, apresentamos crescimento de 46,1%, com 103,6 mil TEUs movimentados, resultado do esforço comercial para atração de novos clientes. No Tecon Imbituba movimentamos 27,9 mil TEUs, que representa uma queda de 4,0% em relação ao ano anterior. A prestação de serviços de armazenagem affiandegada pelo segmento de Logística apresentou queda de 32,1%, impactada diretamente pela redução da importação de cargas containerizadas no Porto de Santos e pelo acirramento da concorrência na prestação deste tipo de serviço. A crise econômica afetou sobremaneira o setor automotivo brasileiro, com reflexo negativo direto sobre os serviços de logística integrada prestados pela Santos Brasil Logística, que tem nesta indústria uma carteira relevante de clientes. Reforçamos a busca por maior eficiência, readequando-se a capacidade ao porte da operação, concentrando os clientes logísticos no Centro de Distribuição de São Bernardo do Campo, em contrapartida ao fechamento do centro de distribuição localizado na capital paulista. Igualmente, a queda do consumo registrado na indústria automobilística também impactou diretamente a movimentação do Terminal de Veículos (TEV), que registrou queda de 14,8% na quantidade de veículos movimentados em 2016. Os veículos exportados corresponderam a 92,1% do total de 179.888 unidades movimentadas no período. Encerramos o ano com prejuízo líquido de R\$19,9 milhões e EBITDA consolidado de R\$87,4 milhões. A margem EBITDA apresentou queda, fechando o ano em 10,5%, principalmente em virtude dos impactos negativos causados pelo cenário macroeconômico, pressionando valores e preços numa indústria de elevada estrutura de custos fixos. Apesar disso, sob a ótica financeira, o fluxo de caixa das nossas operações e investimentos permaneceu positivo. Encerramos o ano com R\$192,6 milhões em caixa, em que pese o pagamento de dívida superior a R\$100,0 milhões no mesmo período. Fechamos 2016 com dívida líquida de R\$40,1 milhões e índice de alavancagem de 0,5x (Dívida Líquida/EBITDA). O endividamento total consolidado foi de R\$232,7 milhões. No primeiro semestre de 2016, desenvolvemos o projeto executivo que detalha o investimento de aproximadamente R\$1,3 bilhão na expansão do Tecon Santos, protocolado em agosto na Secretaria de Políticas Portuárias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), mas que ainda não foi objeto de deliberação nesse órgão governamental. A solicitação de prorrogação antecipada do contrato de arrendamento do Tecon Vila do Conde seguiu em tramitação. Apesar de não ter sua viabilidade técnica deliberada pela ANTAQ até o final de 2016, acreditamos na possibilidade de finalização do pedido de prorrogação ainda em 2017. O objetivo dos investimentos está alinhado com a estratégia de preparar a Companhia para um novo ciclo de investimentos para a captura de oportunidades a partir da expansão do Canal do Panamá, que provavelmente trará à costa brasileira a nova classe de navios de 366 metros de comprimento ao Porto de Santos, além de impulsionar o aumento da carga de longo curso no Pará. Em junho deste ano, protocolos junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), Pedido de Reconstituição de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba. Em dezembro, obtivemos decisão favorável do órgão, por meio da Secretaria de Políticas Portuárias, que deferiu o pedido liminar para suspender a obrigação contratual referente ao pagamento da movimentação mínima contratual (MMC) do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba. Ao longo do ano, aprimoramos nossa gestão em sustentabilidade com ações para melhoria dos nossos indicadores de Santos e São Paulo, Emissões de Gases de Efeito Estufa, Resíduos e Água. Em alinhamento com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que apoiamos desde 2013, lançamos em 2016 nossa Política de Direitos Humanos, ratificando as práticas que estimulamos junto aos nossos diversos públicos de relacionamento. Em 2017, embora o índice de confiança tenha apresentado melhora, ancorando expectativas mais positivas se comparadas ao ano de 2016, as nossas perspectivas ensejam, dados os sinais ainda incertos de recuperação do fluxo do comércio internacional e retomada do crescimento global. No mercado interno, nossas expectativas são mais positivas, com sinais mais evidentes de recuperação da importação frente à valorização do real e iniciativas mais claras de retomada dos investimentos. Ressalte-se que a cabotagem também deve manter em 2017 os mesmos níveis de crescimento observados ao longo dos últimos anos. Na Companhia, aprofundaremos nossa busca por eficiência e produtividade, com foco no resultado, mediante a readequação da estrutura organizacional e redimensionamento dos custos e despesas operacionais e administrativas. O objetivo é extrair o máximo retorno de nossos ativos, a fim de garantir a nossa competitividade e também promover a de nossos *stakeholders* (acionistas, funcionários, clientes e parceiros diversos). Seguiremos ofertando aos nossos clientes um portfólio completo de soluções e serviços, que agreguem valor à cadeia logística e nos diferencie no mercado, através da excelência na prestação dos serviços, de forma ética e transparente, respeito ao meio ambiente, compromisso com o desenvolvimento humano e com a segurança em nossas operações.

A Santos Brasil

A Santos Brasil é líder no mercado brasileiro na movimentação portuária de contêineres, com presença em portos localizados nas Regiões Sudeste, Sul e Norte do País. Está apta a suprir todas as etapas da cadeia logística, via armazenagem, transporte e distribuição, promovendo sinergia operacional e soluções customizadas aos seus clientes. Atende companhias de navegação, proprietárias dos navios e dos contêineres, e clientes importadores e exportadores de diversas áreas da indústria nacional, como química, farmacêutica, alimentícia, autopartes, eletroeletrônicos, bens de consumo e agropecuária. A empresa foi criada em 1997 para operar o arrendamento do Terminal de Contêineres de Santos, no Guarujá (SP). Hoje, além do Tecon Santos (SP), sua maior operação, a Companhia conta com outros quatro terminais portuários, sendo dois de contêineres: Tecon Imbituba, em Imbituba (SC), e Tecon Vila do Conde, em Barcarena (PA); um terminal de veículos (TEV), no Guarujá; e um terminal de carga geral, em Imbituba (SC). Possui ainda unidades da Santos Brasil Logística nos municípios paulistas de Santos, Guarujá e São Bernardo do Campo. A Companhia não promoveu fusões, aquisições ou cisões no decorrer de 2016 e, atualmente, possui os seguintes investimentos em sociedades controladas.

Em 19.01.2017, a Companhia foi intimada da decisão que conferiu efeito suspensivo ao recurso administrativo interposto pela SCPar Porto de Imbituba S.A., com a consequente suspensão dos efeitos da mencionada liminar, cujo objeto deverá ser novamente posto à apreciação do MTPAC por força das contrarrazões apresentadas pela Santos Brasil, no exercício do contraditório e da ampla defesa.

Estrutura Societária



Participação - %	2016	2015
Controladas diretas:		
Santos Brasil Logística S.A.	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100	100
Numerar 80 Participações S.A.	100	100
Parê Empreendimentos Financeiros S.A.	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	100	100

Os quadros a seguir representam a variação dos investimentos ocorrida ao longo do ano.

(R\$ milhões)	2016	2015	Varição %
Controladas diretas:			
Santos Brasil Logística S.A.	144,3	163,8	(11,9%)
Terminal de Veículos de Santos S.A.	244,0	248,5	(1,8%)
Terminal Portuário de Veículos S.A.	0,0	0,0	-
Numerar 80 Participações S.A.	0,1	0,0	-
Parê Empreendimentos Financeiros S.A.	12,0	12,7	(5,5%)
Total	400,4	425,0	(5,8%)
Controlada indireta:			
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	12,0	12,6	(4,8%)

(R\$ milhões)	Equivalência Patrimonial	Aporte de Capital	Dividendos	Outros	Total
Controladas diretas:					
Santos Brasil Logística S.A.	(16,2)	0,0	(3,1)	(0,2)	(19,5)
Terminal de Veículos de Santos S.A.	7,5	0,0	(12,0)	0,0	(4,5)
Terminal Portuário de Veículos S.A.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Numerar 80 Participações S.A.	(0,1)	0,2	0,0	0,0	0,1
Parê Empreendimentos Financeiros S.A.	(0,8)	0,1	0,0	0,0	(0,7)
Total	(9,6)	0,3	(15,1)	(0,2)	(24,6)
Controlada indireta:					
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	(0,7)	0,0	0,0	0,1	(0,6)

A Parê Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A..

Contexto Econômico

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontam que, em 2016, a corrente de comércio (soma das importações e das exportações) brasileira intensificou a queda observada no ano anterior registrando o menor montante desde 2009. A variação foi de menos 11,0% em relação ao período anterior, encerrando 2016 com total de US\$322,8 bilhões. Tanto as importações como as exportações afetaram negativamente a corrente de comércio com reduções respectivas de 19,8% e 3,1%. As alterações observadas na balança comercial brasileira afetam diretamente a Santos Brasil uma vez que a navegação marítima é o principal modal logístico utilizado na importação ou exportação de produtos. A redução mais acentuada da importação reflete a recessão econômica que o país atravessa com aumento da taxa de desemprego e consequente redução do consumo. Com taxa de crescimento anual composta de 8,1% nos últimos 18 anos, o Porto de Santos sentiu o impacto da desaceleração da economia nacional e, pela primeira vez desde 2008, apresentou redução no número de contêineres movimentados com queda de 3,9% em 2016. As maiores variações no volume de contêineres movimentados foram registradas nos serviços de importação de contêineres cheios e de cabotagem com quedas de 8,9% e 6,1% respectivamente. Ao remover os rebarbaques de contêineres da base de cálculo, a movimentação de contêineres cheios de longo curso apresentou redução de 12,3% em comparação ao ano anterior. Os relatório estatísticos da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) apontam incremento na participação de mercado do Tecon Santos que encerrou o ano com 39,7% de *market share*. A recuperação da participação de mercado é resultado do empenho comercial da Companhia na retenção e atração de novos clientes e da qualidade do serviço prestado no terminal. A movimentação de veículos em Santos apresentou redução de 20,9%. Reflexo da recessão econômica brasileira os fluxos de importação e exportação de veículos apresentaram quedas de 67,0% e 5,4% respectivamente ao ano. Apesar da piora dos indicadores operacionais o TEV manteve o *market share* superior a 90,0% em 2016.

Estratégia e modelo de negócios

Gestão estratégica
Em 2017, a Santos Brasil, seguindo sua estratégia, pautada pela missão de promoção da competitividade de seus clientes baseada em cinco pilares: (i) excelência na prestação dos serviços; (ii) ética e transparência; (iii) desenvolvimento humano; (iv) meio ambiente; e (v) segurança, buscará o máximo retorno de seus ativos. A Companhia aprofundará a busca por eficiência e produtividade, com foco no resultado, mediante a readequação da estrutura organizacional e redimensionamento dos custos e despesas operacionais e administrativas. A estratégia para as unidades localizadas nas regiões Norte e Sul do país está pautada num maior esforço comercial para a captação de novos clientes. Na região Sudeste, a Companhia aguarda a deliberação do projeto executivo de expansão do Tecon Santos para avaliar o início do investimento projetado na prorrogação do prazo de concessão do terminal. Ademais, pretendemos manter o nosso *market share* no Porto de Santos, além de disputar novos serviços que se mostrem competitivos e agreguem valor à nossa carteira, ao passo que a Santos Brasil Logística disputa novos clientes com carga de armazenagem e preços competitivos.

Perspectivas e oportunidades
Após um ano turbulento para o país que, além de completar dois anos consecutivos de recessão econômica com queda no PIB de 3,8% em 2015 e queda acumulada de 4,0% nos primeiros nove meses de 2016, experimentou incertezas também no ambiente político, a Santos Brasil incita 2017 atenta à estruturação de um novo ciclo de investimentos que tornará o Tecon Santos mais automatizado e expandirá em 20,0% a sua capacidade atual, preparando-o para atender a demanda prevista de navios de 366 metros de comprimento para a costa brasileira, em especial com a ampliação do Canal do Panamá. Em 2016, a Companhia submeteu à apreciação da Secretaria de Políticas Portuárias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) o projeto executivo que detalha o investimento de aproximadamente R\$1,3 bilhão na expansão do Tecon Santos. O referido projeto executivo ainda não foi deliberado pelo MTPAC e, somente após a sua aprovação, a Companhia poderá requerer as licenças necessárias às obras de expansão do terminal. Além disso, o investimento projetado contempla a aquisição de equipamentos mais novos e modernos em substituição ao hoje utilizados no Tecon Santos, que propiciará ganhos de eficiência e produtividade, por consequente, redução de custos e despesas operacionais. Outrossim, a Companhia aguarda a deliberação do pedido de prorrogação do contrato do Tecon Vila do Conde ainda em 2017, estendendo a sua concessão até 2033. O pleito é fundamentado na perspectiva de crescimento da movimentação de contêineres na região que, só nos últimos dois anos, cresceu 72,6%. A prorrogação contratual irá possibilitar a execução de plano de investimentos que tem por finalidade aumentar a capacidade do terminal de forma que absorva a demanda prestando um serviço de excelência e alto padrão de qualidade. O crescimento do volume movimentado em Vila do Conde hoje é liderado por serviços de cabotagem, porém, com a expansão do Canal do Panamá finalizada em 2016, vislumbra-se um incremento também na carga de longo curso

operada no terminal. Além do pedido de prorrogação contratual do Tecon Vila do Conde, a Santos Brasil acredita que o pedido de reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro do Tecon Imbituba, protocolado junto ao MTPAC em junho de 2016, tenha seu mérito apreciado em definitivo ao longo de 2017. O pleito do pedido é ancorado sobretudo na eliminação da obrigatoriedade da movimentação mínima contratual (MMC) do terminal, que então passaria a pagar tarifas portuárias apenas por contêineres efetivamente movimentados. O Terminal de Veículos e o segmento de Logística possuem alta correlação com o setor automotivo brasileiro que, nos últimos anos, viu sua atividade reduzir frente ao cenário econômico apresentado. Medidas políticas tomadas com a finalidade de conduzir a inflação em direção ao centro da meta (4,5%) já produzem efeito e a inflação medida pelo IPCA encerrou 2016 com 6,29% (abaixo do limite superior da meta de inflação). O controle da inflação deve possibilitar a redução da taxa básica de juros que, desde outubro de 2016, já caiu 1,25 ponto percentual e hoje está em 13,0% ao ano. De acordo com o boletim Focus (publicado semanalmente pelo Banco Central do Brasil) acredita-se deve encerrar 2017 abaixo de 10,0%. A queda da inflação e da taxa básica de juros devem aumentar os níveis de investimentos, emprego e consumo, reaquecendo a economia e, por consequência, o setor automotivo, o que demandaria mais serviços do TEV e da Santos Brasil Logística.

Desempenho econômico-financeiro

Desempenho operacional	2016	2015	Varição %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Operações de cais - contêineres	1.016.394	919.922	10,5%
Contêineres Cheios	783.094	707.603	10,7%
Contêineres Vazios	233.300	212.319	9,9%
Operações de cais - carga geral	102.992	161.711	(36,3%)
Operações de armazenagem	119.640	110.965	7,8%
LOGÍSTICA			
Operações de armazenagem	35.946	52.911	(32,1%)
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Veículos movimentados	179.888	211.150	(14,8%)
Terminais Portuários (Unidades)	2016	2015	Varição %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Contêineres Cheios	783.094	707.603	10,7%
Tecon Santos	734.631	666.082	10,3%
Tecon Imbituba	13.899	15.176	(8,4%)
Tecon Vila do Conde	34.564	26.345	31,2%
Contêineres Vazios	233.300	212.319	9,9%
Tecon Santos	191.566	183.379	4,5%
Tecon Imbituba	10.512	10.259	2,5%
Tecon Vila do Conde	31.222	18.681	67,1%
Carga Geral (t)	102.992	161.711	(36,3%)
Tecon Santos	-	-	-
Tecon Imbituba	87.085	149.045	(41,6%)
Tecon Vila do Conde	15.907	12.666	25,6%

A crise econômica enfrentada pelo país aprofundou-se em 2016 e, junto com o encolhimento da economia, registrou queda nos índices de consumo e emprego. A movimentação de contêineres através do Porto de Santos apresentou reflexos da crise e diminuiu 3,9% em 2016. A queda se deu principalmente nos fluxos de importação e cabotagem, sendo parcialmente compensada pelo aumento do volume de cargas exportadas e de transbordo, serviço que teve sua representatividade elevada desde o aumento de capacidade pelo qual o Porto passou em 2013. O aumento do volume de contêineres movimentados no cais do Tecon Santos foi proporcionado pelo ganho de participação de mercado onde a quantidade de cargas de longo curso, transbordo e cabotagem registraram alterações de diferentes magnitudes. Os indicadores operacionais do Tecon Santos referentes a 2016 indicam crescimentos de 3,8% e 20,4%, no total de contêineres cheios de importação e exportação respectivamente. A movimentação de contêineres de transbordo, por sua vez, apresentou crescimento de 10,1% enquanto o total de contêineres de cabotagem manteve-se estável em relação ao ano anterior. O crescimento de 7,8% das operações de armazenagem nos terminais portuários da Companhia foi superior ao incremento na quantidade de contêineres cheios importados e é resultado da estratégia da Companhia que, dada a queda de 8,9% de contêineres cheios de importação no Porto de Santos, optou por remanejar alguns clientes de seus CLAs para o Tecon Santos, zona primária. O Tecon Imbituba apresentou redução de 4,0% no número de contêineres movimentados em 2016. O fim da atração de um serviço de longo curso em julho de 2015 levou ao ganho de participação das operações de cabotagem no *mix* de serviços prestados pelo terminal, que encerram 2016 com 95,2% do total movimentado. Impactada pela crise econômica e consequente redução na importação de aço, a movimentação de carga geral apresentou queda de 41,6% na operação da Companhia na região sul do país. O Tecon Vila do Conde manteve, em 2016, o desempenho operacional observado em anos anteriores e encerrou o ano com crescimento de 46,1% nas movimentações de contêineres. Tal desempenho deveu-se, parcialmente, a dois serviços de navegação que operam nas rotas para a Europa e o Caribe e, desde o final de janeiro de 2016, passaram a atracar no terminal. A consolidação das três operações da Companhia no segmento de Terminais Portuários resulta em crescimento de 10,5% no volume operado em 2016 com um total de 1.016.394 de contêineres movimentados. O *mix* de contêineres cheios-vazio registrado em 2016 registrou 76,9% de contêineres cheios (77,0% em 2015). A redução da importação de cargas containerizadas através do Porto de Santos e o acirramento da concorrência na prestação de serviços de armazenagem affiandegada incorreram em queda de 32,1% nas operações de armazenagem do segmento em 2016. A crise econômica impactou o setor automotivo brasileiro, positivamente correlato aos serviços de logística integrada terminais portuários para Santos Brasil Logística. O arrefecimento da prestação de serviços dessa natureza incrementou a busca por eficiência da Companhia em adequar a capacidade de suas operações. A busca de sinergias levou à concentração de clientes logísticos no Centro de Distribuição localizado em São Bernardo do Campo. O Terminal de Veículos também apresentou reflexos da queda de consumo observada no setor automotivo e registrou queda de 14,8% na quantidade de veículos movimentados em 2016. Os veículos movimentados no fluxo de exportação corresponderam a 92,1% do total movimentado no período com total de 165.726 unidades.

Desempenho financeiro

Receita Bruta dos Serviços	2016	2015	Varição %
(R\$ milhões)	744,4	824,3	(9,7%)
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
) Operações de cais	450,1	504,1	(10,7%)
Operações de armazenagem armazenagem	294,3	320,2	(8,1%)
LOGÍSTICA	184,9	243,9	(24,2%)
TERMINAL DE VEÍCULOS	42,9	58,5	(26,7%)
Eliminações	(15,5)	(17,4)	(10,9%)
Consolidado	956,7	1.109,3	(13,8%)

A queda observada na receita bruta registrada pelo segmento de Terminais Portuários contempla receita extraordinária no montante de R\$81,5 milhões como reversão parcial, em 2015, de provisão referente ao processo sobre o serviço de segregação, entrega e faturamento de TRAs (Terminais Retroportuários Afiandegados), conforme exposto na nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Ao excluir da base de cálculo a receita originada com a reversão em 2015, a receita bruta de operações de cais apresentou crescimento de 6,5% em 2016. Consequência do incremento da competição na prestação de serviços de armazenagem affiandegada, a receita com operações dessa natureza no segmento de Terminais Portuários caiu 8,1% no período. Apesar da redução observada na prestação de serviços de logística integrada em 2016, os esforços comerciais da Companhia na busca por serviços de armazenagem de cargas fracionadas e de maior valor agregado, em conjunto com as renegociações de contratos, resultaram em aumento de 11,6% na receita média por contêiner armazenado para R\$5.143,83, em 2016. De acordo com a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) a produção de automóveis e o licenciamento de automóveis importados caíram 11,9% e 43,9% respectivamente em 2016. As mudanças observadas na produção e consumo de veículos mostram a queda na importação de veículos. Da totalidade dos veículos movimentados pelo Terminal de Veículos - TEV em 2016 apenas 7,9% estavam no fluxo de importação (23,3% em 2015). A menor participação de veículos importados nos serviços prestados pelo TEV reduziu a receita média em 13,9% para R\$238,48 em 2016.

Receita Líquida dos Serviços
A receita líquida consolidada totalizou R\$834,1 milhões com redução de 13,5% em relação a observada em 2015 de R\$964,3 milhões.

Custo dos Serviços Prestados	2016	2015	Varição %
(R\$ milhões)	2016	2015	Varição %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Custos com Movimentação	125,5	113,6	10,5%
Custos com Pessoal	198,5	183,8	8,0%
Arrendamento e Infraestrutura	71,5	65,5	9,2%
Depreciação e Amortização	64,9	93,7	(30,7%)
Outros Custos	82,7	68,1	21,4%
Total	543,1	524,7	3,5%
LOGÍSTICA			
Custos com Movimentação	37,1	39,7	(6,5%)
Custos com Pessoal	53,7	60,9	(11,8%)
Depreciação e Amortização	14,5	14,5	-
Outros Custos	39,8	44,7	(11,0%)
Total	145,1	159,8	(9,2%)
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Custos com Movimentação	14,9	15,8	(5,7%)
Arrendamento e Infraestrutura	6,4	5,3	20,8%
Depreciação e Amortização	9,0	9,0	-
Outros Custos	4,9	5,4	(9,3%)
Total	35,2	35,5	(0,8%)
Eliminações	(14,1)	(15,6)	(9,6%)
Consolidado	709,3	704,4	0,7%

Terminais Portuários
O crescimento do desempenho operacional apresentado em 2016 em conjunto com o aumento dos custos de captação de contêineres, provisões trabalhistas e manutenção e, com reajuste de custos com pessoal e arrendamento resultou em aumento de 9,7% no custo médio (excluindo depreciação e amortização) por contêiner movimentado/armazenado nos terminais portuários para R\$420,94 em 2016. Custos com Movimentação (taxa de obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis): a redução de 11,6% nos gastos com energia elétrica obtida com a compra de energia por preços menores foi anulada pelo incremento nos custos de captação de contêineres, serviço que aumentou em 2016 com o incremento da prestação de serviços de armazenagem affiandegada no Tecon Santos. Custos com Pessoal: o incremento de 8,0% é resultado da combinação entre: (i) o acordo coletivo firmado no segundo trimestre de 2016; (ii) o aumento da provisão referente a processos trabalhistas, gerado pela readequação dos quadros de funcionários da Companhia ao atual ambiente operacional; e (iii) a reversão de provisão para participação dos funcionários nos resultados do ano. Arrendamento e Infraestrutura: o aumento de 9,2% é composto pelo reajuste contratual das parcelas de arrendamento e inclui, desde setembro de 2015, tarifa cobrada sobre a movimentação mínima contratual estabelecida na prorrogação do contrato de concessão do Tecon Santos. Depreciação e Amortização: a redução apresentada na rubrica do segmento decorre da prorrogação do contrato de concessão do Tecon Santos que alterou a estimativa da depreciação dos bens, que é feita pela vida útil estimada e tem como limite o novo prazo final da concessão, além da amortização da concessão ser estendida até 2047. Outros Custos: o aumento observado em 2016 deveu-se aos incrementos de: (i) R\$4,8 milhões em gastos com manutenções; (ii) ao crescimento de R\$2,1 milhões em locação de contêineres; (iv) R\$0,9 milhão em gastos com tecnologia da informação; e (v) R\$2,4 milhões em outros custos.

Logística	2016	2015	Varição %
Custos com Movimentação (Combustíveis, Fretes e outros custos variáveis): a redução de custos variáveis observada em 2016 foi atenuada pelos aumentos de 11,7% e 5,5% registrados em custos de frete e pedágio respectivamente. Custos com Pessoal: apesar dos custos trabalhistas extraordinários de R\$1,1 milhão gerados com a intensificação do processo de redimensionamento e adequação do segmento de logística, o custo com pessoal apresentou redução de 11,8% em 2016. Outros Custos: apesar do custo extraordinário de R\$1,9 milhão gerado com a sinergia entre as unidades de centro de distribuição registrado no período, a rubrica apresentou redução principalmente devido a quedas de: (i) R\$2,1 milhões em manutenção; (ii) R\$1,9 milhão com aluguel; (iii) R\$1,0 milhão em gastos com manutenção; (iv) R\$0,5 milhão com locação e leasing de equipamentos; e (v) R\$1,3 milhão em outros custos.			
Terminal de Veículos			
Com a redução no total de veículos movimentados pelo TEV, o custo médio unitário (excluindo depreciação e amortização) apresentou 16,0% de crescimento, passando para R\$145,65 em 2016. O aumento dos custos de arrendamento e infraestrutura decorre: (i) do reajuste anual das parcelas de arrendamento; e (ii) da menor movimentação de veículos pelo TEV e consequente elevação da provisão de pagamento da MMC (Movimentação Mínima Contratual).			
Despesas Operacionais			
(R\$ milhões)	2016	2015	Varição %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Vendas	38,5	83,8	(54,1%)
Gerais, Administrativas e outras	12,9	50,0	(74,2%)
Depreciação e Amortização	0,3	0,4	(25,0%)
Total	51,7	134,2</	

Relatório da Administração

Mercado de capitais

Governança corporativa
 A Santos Brasil tem o compromisso de buscar permanentemente o aprimoramento de suas práticas de governança corporativa e do relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e funcionários, dentre outros envolvidos com os negócios. Após 10 anos listada sob o segmento Nível 2, a Companhia concluiu, em agosto de 2016, a migração para o Novo Mercado, segmento mais elevado de governança corporativa da BMF&FBovespa, com a extinção do acordo de acionistas que vigora até então, prevalecendo agora o modelo *one-share-one-vote*. A Companhia adota critérios de transparência e segurança na divulgação de informações, seguindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estabelecendo regras para a divulgação e a manutenção de sigilo sobre informações relevantes. Mais alto órgão de administração e governança da Companhia, o Conselho de Administração é composto, atualmente, por 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, deliberar sobre quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos acionistas e às partes relacionadas. Além do Conselho de Administração, a estrutura de governança inclui a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, modelo que permite a execução da gestão e sua respectiva fiscalização. A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Atualmente, a Diretoria Estatutária é composta pelo: (i) Diretor-Presidente e de Operações; (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores; e (iii) Diretor Comercial, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Estatuto Social da Companhia veda a acumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia pela mesma pessoa. O Conselho Fiscal é composto, atualmente, por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes. Possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia e é responsável por fiscalizar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; verificar a qualidade e a integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; e examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Novo Mercado, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

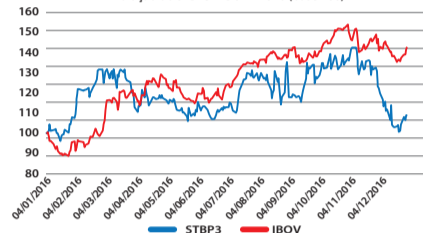
Ética e integridade

A Santos Brasil tem na ética e na transparência seus pilares de sustentação e, como forma de estabelecer as normas de conduta que orientam suas relações internas e externas, mantém Código de Ética e Regulamento de Pessoal atualizados. Além disso, possui sistema de conformidade que inclui Política de Compliance, Comitê de Compliance (autônomo e composto por no mínimo dois e no máximo cinco membros recomendados pelos diretores estatutários da Companhia com mandato de dois anos) e Portal Confidencial, para o encaminhamento de denúncias, reclamações e sugestões. Administrado por empresa independente, de forma a assegurar o anonimato e integridade das informações, o canal registrou 239 relatos em 2016, distribuídos da seguinte forma: (i) denúncias: 44,3%; (ii) reclamações: 35,6%; e (iii) 20,1%. Desde 2012, a Companhia possui um Código de Conduta com poder de política corporativa que aborda o tema corrupção, questões pertinentes aos direitos humanos e baliza o comportamento ético de todos os funcionários, alinhando a cultura da Empresa nas questões comportamentais e éticas. O documento é subscreto por 100% dos funcionários no dia da integração, quando também recebem cópia do regulamento de pessoal e instruções operacionais específicas de cada área.

Evolução das ações

No encerramento de 2016, o valor patrimonial por ação registrado foi R\$52,09, enquanto o valor de fechamento negociado na Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&FBovespa) no dia 29 de dezembro de 2016 foi R\$2,40 (R\$2,52 no ano anterior quando as ações eram negociadas na forma de *units* compostas por 5 ações, sendo 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária, perfazendo R\$12,60 por *unit*), atingindo valor de mercado de R\$1.598,6 milhões. No ano, o volume financeiro médio de negociação diária atingiu R\$1,7 milhão.

Evolução do STBP3 x IBOV - 2016 (base 100)



Direito dos acionistas

A Companhia concluiu, em 22 de agosto de 2016 a migração para o Novo Mercado segmento especial de governança corporativa da BMF&FBovespa. As ações da Companhia passaram então a ser negociadas exclusivamente na forma de ações ordinárias (Ons). Os direitos das ações estão previstos no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que trata do total do capital social e sua divisão, e também da autonomia da Companhia para aumentar seu capital independentemente de decisão da Assembleia até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um milhão) ações, ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Auditoria independente

As demonstrações financeiras da Santos Brasil e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente.

Desempenho social

Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não foram contratados outros serviços.

Capital humano

Ao término de 2016 a Santos Brasil contava com 3.160 profissionais, além de 50 aprendizes e 6 estágios. Do total, a maioria (87,0%) era do sexo masculino, o que se justifica em razão da natureza do negócio. Além de receberem rendimentos fixos e pacote de benefícios que contempla saúde de vida, plano de saúde extensivo aos dependentes, entre outros, de acordo com as unidades, os funcionários integram o Plano de Participação nos Resultados (PPR). Módulos de qualificação também são ofertados em diversos formatos e plataformas. No ano, cerca de 50 profissionais participaram da 2ª turma do Programa de Formação de Líderes, que envolveu 154 pessoas. O curso é realizado internamente e ministrado por lideranças da Companhia para formar novos quadros alinhados à cultura interna. Em torno de 100 coordenadores e supervisores que integram o programa participaram ainda dos primeiros encontros da Academia de Sustentabilidade, dedicada a disseminar os conceitos de sustentabilidade no dia a dia do trabalho. Nos últimos cinco anos, foram investidos R\$25,0 milhões a treinamento e desenvolvimento de pessoas. Em 2016, foram ministrados 16.159 horas de treinamento, o que corresponde a uma média de 11,5 horas por profissional. Uma das iniciativas foi o Programa de Formação de Líderes, que, até 2018, deve envolver 100% dos líderes da Companhia.

	2016	2015
Número de funcionários	3.216	3.639
Turnover	5,23%	6,98%
	4,81%	6,88%
Turnover por localização geográfica	9,32%	9,04%
	4,15%	5,29%
	0,00%	0,00%
Investimento em treinamento (R\$ milhões)	R\$0,60	R\$0,97
Fundos de previdência	Previdência Privada	Previdência Privada
Outros planos sociais	-	-
	0	0
	0	61
	246	288
	94	132
	1.958	2.268
	9	17
	156	151
	100	130
	527	524
	67	66
	0	0

Saúde e segurança

A Santos Brasil adota rigorosos procedimentos de segurança, alinhados às melhores práticas em vigor nos principais setores de contêineres no mundo. O tema é uma das prioridades da Política de Sustentabilidade e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Referência em segurança portuária no País, a Companhia trabalha de forma preventiva, investindo continuamente em programas e treinamentos para promover esse valor. Em 2016, a Santos Brasil recebeu uma série de visitas para *benchmarking* sobre o tema, dentre as quais, das polícias federais da Bélgica, Bolívia e Peru além de autoridades da Marinha do Brasil, da presidência da Comissão Nacional de Segurança

Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) e da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos). Promovido em setembro pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codelpe) e pelo Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos (PAM), o Tecon Santos realizou em 2016 o maior simulado de combate a incêndio do Porto de Santos envolvendo 250 pessoas e sensibilizando outras mil. Com foco em segurança de pessoas a Santos Brasil, em 2016, deu continuidade a medidas adotadas no decorrer das operações, entre elas: (i) realização de jornadas de segurança, saúde e meio ambiente, trimestrais, para difundir os conceitos internamente; (ii) treinamentos, inspeções e campanhas de conscientização constantes; (iii) Equipamentos de proteção respiratória e roupas de aproximação para combater a eventos com fumaça e produtos químicos; e (iv) manutenção de técnicos de Segurança do Trabalho, bombeiros civis e técnicos de enfermagem do trabalho em todas as unidades. A Companhia mantém a Comissão de Prevenção de Acidentes dos Terminais Portuários (CPATP), integrada por 68 funcionários dos terminais de contêineres e de veículos e 40 funcionários das unidades logísticas que participam da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). O tema é tratado em acordos coletivos firmados com entidades de classe, que abrangem 100% dos profissionais. Além da garantia de integridade de todos os envolvidos em suas operações, a Santos Brasil atende ao regulamento aduaneiro vigente em áreas alfandegárias, como a do Porto de Santos, e todas as dependências do Tecon Santos são monitoradas com câmeras 24 horas. A Companhia conta ainda com o mais moderno *software* para controle de cargas existente no mercado portuário, que direciona a distribuição de contêineres, segregando cargas especiais além de: (i) carretas de emergência que funcionam para segregar cargas em caso de incidentes; (ii) veículos de apoio, com mangueiras, esguichos, equipamentos de proteção respiratória, cones de sinalização e fita zebraada, além de dois contêineres de emergência; e (iii) plano de Atendimento de Emergência para todos os tipos de carga.

Desempenho ambiental

Signatária do Pacto Global da ONU e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Santos Brasil se empenha na redução de emissões de CO₂, consumo de água e geração de resíduos. As ações nesse sentido são monitoradas pelo Comitê de Sustentabilidade com base em indicadores que permitem avaliar o alcance de metas e identificar avanços e oportunidades de melhoria.

Em 2016, esses propósitos foram fortalecidos e os laços com a academia foram estreitados por meio do retorno à plataforma Empresas pelo Clima, do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GeVES), da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Envolvida regionalmente com a Agenda 21 - plano de ação a ser adotado por governos e sociedade civil em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente -, a Companhia participa do fórum do programa no Guarujá.

Emissões

As emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) são dimensionadas por TEU movimentado, nas operações portuárias por *pallet* movimentado, nas atividades de logística; e por quilômetro rodado, no transporte rodoviário. Todos os resultados são apresentados em quilos de CO₂ equivalente.

Em 2016, o volume total de emissões das unidades de negócio da Companhia foi de 30.624,2 toneladas de CO₂, 0,3% inferior ao dado de 2015, quando as emissões somaram 30.720,5 toneladas de CO₂. Foi registrada redução nas emissões por TEU movimentado fundamentada na otimização das operações e consequente redução do consumo de diesel por movimentação. A Santos Brasil encerrou 2016 com 15,2 KgCO₂ por TEU movimentado, 5,6% abaixo dos 16,1 KgCO₂/TEU apresentados em 2015. As emissões por *pallet* movimentado caíram de 1,1 KgCO₂ para 0,7 KgCO₂. No transporte rodoviário, o índice caiu de 0,96 KgCO₂ por quilômetro rodado para 0,95 KgCO₂/km.

Houve avanço na instalação de iluminação por LED nos escritórios, uma tecnologia capaz de reduzir em até 64,3% as emissões em relação às lâmpadas comuns, e com o programa Motorista Sustentável, que estimula e orienta os funcionários a adotarem boas práticas de segurança e uso racional de recursos - o que implica menos emissões de gases poluentes. Em 2016, a iniciativa alcançou a meta de 2,7 quilômetros rodados por litro de combustível. O resultado é 17,0% melhor que o de janeiro de 2014, no início do Programa, quando foram registrados 2,3 km por litro. No acumulado do período de 2016, 6.177.511 quilômetros foram percorridos com 2.605.966,2 litros de combustível. O Motorista Sustentável integra o Programa Frotas Verde, que desde o fim de 2014 já responde pela redução de 8,3% das emissões de gases por quilômetro rodado. O programa engloba investimentos na modernização da frota, um processo denominado Compra Verde.

Água

No ano, o consumo de água da Companhia, mensurado em metros cúbicos por funcionário, foi de 1,7, com queda de 5,6% em relação ao índice de 1,8 registrado em 2015. Em volume, o recurso consumido totalizou 84.748 m³, 4,2% inferior ao exercício passado.

A Companhia tem buscado soluções inovadoras, a exemplo do sistema de reúso instalado no CLIA Santos, em que a água da chuva é captada, tratada e utilizada na lavagem das máquinas da unidade. Há dois anos, foi adotada a lavagem a seco de veículos e equipamentos para transporte rodoviário, tendo economizado, com a medida, 5,9 milhões de litros de água até o fim de 2016. Isso porque, em relação à forma convencional, a lavagem a seco de um caminhão, por exemplo, deixa de usar 1,5 mil litros de água. Desde o início foram realizadas 3.924 lavagens.

Resíduos

A Santos Brasil se dedicou, em 2016, à estruturação do Programa de Gestão de Resíduos e, paralelamente, direcionou o foco à área de Suprimentos, com revisão de todos os contratos de destinação e análise da possibilidade de desenvolver, já em 2017, um processo de compostagem no Tecon Santos. A estratégia para o tema é concentrar esforços em sua origem, o que significa reduzir o volume consumido e, consequentemente, de compras. São Paulo, 08 de fevereiro de 2017

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos						
Circulantes						
Caixa e equivalentes de caixa	6	113.406	189.258	192.557	226.115	
Contas a receber	7	53.236	69.799	85.999	93.142	
Estoques	8	19.999	19.539	23.187	22.554	
Ativo fiscal corrente	10	2.010	11.119	6.568	16.146	
Dividendos a receber		1.758	4.439	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	27.b.1)	-	4.540	-	5.525	
Outros ativos		7.389	6.559	10.152	10.555	
Total dos ativos circulantes		197.798	305.253	318.463	374.073	
Não Circulantes						
Depósitos judiciais	16	233.219	219.077	241.310	228.908	
Ativo fiscal diferido	24.b)	-	-	523	442	
Precatórios a receber	9	-	-	5.136	4.783	
Instrumentos financeiros derivativos	27.b.1)	34	-	37	-	
Outros ativos		20.031	18.468	20.593	19.141	
Investimentos	11	400.357	425.007	-	-	
Ativo imobilizado	12	779.038	820.079	919.616	981.261	
Ativo intangível	13	187.255	199.641	388.165	409.879	
Total dos ativos não circulantes		1.619.934	1.682.272	1.575.380	1.644.414	
Total dos Ativos		1.817.732	1.987.525	1.893.843	2.018.451	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido			
		Capital social	Plano de opção de compra de ações	Legal	Investimento				Recompra de ações	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		1.071.077	-	45.814	18.897	54.446	253.050	(19.844)	8.738	(3.017)	1.429.161
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(8.738)	-	(8.738)
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	3.228	3.228
Plano de opção de compra de ações		26	-	-	-	-	-	-	-	-	5.955
Prejuízo do exercício		23	-	5.955	-	-	-	-	-	-	(8.129)
Destinação do resultado:											
Juros sobre o capital próprio creditados		18.d)	-	-	-	(4.259)	-	-	-	-	(4.259)
Absorção do prejuízo		18.c)	-	-	-	(18.129)	-	-	-	-	18.129
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		1.071.077	-	51.769	18.897	54.446	230.662	(19.844)	-	-	1.407.218
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	-	-	-	-	-	-	-	(2.443)	(2.443)
Plano de opção de compra de ações		23	-	4.267	-	-	-	-	-	-	4.267
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.910)
Destinação do resultado:											
Absorção do prejuízo		18.c)	-	-	-	(19.910)	-	-	-	-	19.910
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		1.071.077	-	56.036	18.897	54.446	210.752	(19.844)	-	(2.232)	1.389.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Despesas)				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	659.656	753.293	939.719	1.089.497
Outras receitas	13.405	27.108	20.041	29.552
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e Perdas de créditos incobráveis	(9.554)	(56.167)	(11.849)	(56.945)
	663.507	724.234	947.911	1.062.104
Custos Adquiridos de Terceiros				
Insumo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(149.062)	(136.501)	(198.096)	(184.805)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(109.202)	(116.083)	(183.230)	(194.390)
Perdas por desvalorização de ativos	-	(30.639)	-	(30.639)
Outros	(869)	(742)	(1.879)	(2.557)
	(259.133)	(283.965)	(383.205)	(412.391)
Valor Adicionado Bruto	404.374	440.269	564.706	649.713
Depreciações, Amortizações e Exaustão	(64.344)	(100.493)	(96.022)	(131.587)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	340.030	339.776	468.684	518.126
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Equivalência patrimonial	(9.679)	9.736	-	-
Receitas financeiras	25.815	43.199	36.065	52.664
	16.136	52.935	36.065	52.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional
 A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba. Em 22 de agosto de 2016, as *units* negociadas pelo ticker STBP11 sob a observância das Práticas de Governança Corporativa - Nível 2, foram canceladas e convertidas na totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias passando a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - BMF&FBovespa, sob o ticker STBP3.
a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos: A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97. Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69/97 de 28 de novembro de 1997 referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a intervenção da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047. **b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba ("Tecon Imbituba"):** A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 de Concorrência nº 01/07 - Administração do porto. Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atração preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba. **c) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística"):** A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAs. **d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS"):** Em janeiro de 2010, a controlada TVS, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data. Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto. **e) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Convicon"):** A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transmiv Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2016, 31/12/2015, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Saldos líquidos iniciais, Adições/transfêrencias, Softwares, Perdas por desvalorização, etc.

(a) Direitos de exploração: Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Teccon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (nota explicativa nº 1.a.), Teccon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (nota explicativa nº 1.b.), e Terminal de Carga Geratrômbita, desde 13 de fevereiro de 2006 (nota explicativa nº 1.c.), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento. Conforme nota explicativa nº 1.d.), a controlada TVS foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nesse mesmo dia as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área. (b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida: No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil obtiveram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por cerca de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (nota explicativa nº 1.a)), foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento. A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon. O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Carga Geratrômbita. A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do Terminal de Carga Geratrômbita, por meio da então controlada Tremarcos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983. O fundamento econômico do ágio de aquisição do Terminal de Carga Geratrômbita é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato. (c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida: A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita (nota explicativa nº 1.c)), foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.575. O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada para o propósito de teste de redução do valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016,

foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2017 e o planejamento de longo prazo até 2026, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes: • Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada. Taxa de crescimento dos próximos 5 anos: 17,50%, 20,00%, 3,00%, 3,00%, 3,00%. • Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte. • Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos. • Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos. • Na data-base de 31 de dezembro de 2016 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

Table with columns: 2017, 2018, 2019, 2020, 2021. Rows include Taxa de desconto, Taxa de crescimento na perpetuidade, Taxa de desconto fixa, Taxa de crescimento da histórica do custo de capital, etc.

Em 31 de dezembro de 2016, foi efetuado teste de recuperação, no UGC Teccon Imbituba, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2017 e o planejamento de longo prazo até 2034, elaborado para a filial operacional Teccon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes: • Crescimento dos volumes de opções de compra de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada. Taxa de crescimento dos próximos 5 anos: 1,90%, 0,00%, 325,30%, 114,40%, 46,50%. • Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos. • Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos. Na data-base de 31 de dezembro de 2016 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

Table with columns: Controladora, Moeda da Transação, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Moeda nacional: FINAME, NCE - Safra, Custos de captação, etc.

Table with columns: Controladora, Moeda da Transação, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Moeda nacional: FINAME, NCE, Leasing, Capital de giro, Moeda estrangeira: FINIM, Darby Brazil Mezzanine, etc.

Table with columns: Controladora, Moeda da Transação, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Moeda nacional: FINAME, NCE, Leasing, Capital de giro, Moeda estrangeira: FINIM, Darby Brazil Mezzanine, etc.

Table with columns: Controladora, Moeda da Transação, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Moeda nacional: FINAME, NCE, Leasing, Capital de giro, Moeda estrangeira: FINIM, Darby Brazil Mezzanine, etc.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual. A Companhia, através de seus procuradores, solicitou a DARBY PRIVATE EQUITY uma posição financeira envolvendo a Companhia. Na solicitação foi informado que, nos termos da legislação civil vigente, o não atendimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, importaria o entendimento de que não há débitos pendentes envolvendo a Companhia. Em setembro de 2016, a Companhia realizou a base do saldo da operação de empréstimo Darby Brazil Mezzanine em função do não atendimento da solicitação. Os empréstimos e financiamentos não possuem garantias. Garantias: • Garantias concedidas:

Table with columns: Vencimento, Moeda, Garantias. Rows include FINAME Junh021, FINIMP Abril19, NCE - Banco Safra Maio17, etc.

(a) Conforme a nota explicativa nº 12. • Garantias obtidas: Na data-base de 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Table with columns: Controladora e consolidado, 2018, 2019, 2020, 2021, Total. Rows include FINAME, FINIMP, Total, Moeda nacional, Moeda estrangeira, etc.

Ativo Caixa e equivalentes de caixa Instrumentos financeiros derivativos Passivo Empréstimos e financiamentos Debêntures Instrumentos financeiros derivativos Dívida líquida EBITDA dos últimos 4 trimestres Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,5 vezes

16. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remoto. Os procedimentos em processos por danos e contencioso trabalhista, levando em consideração fatores como: natureza do fato gerador (se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2016, 31/12/2015. Rows include Provisão trabalhista (a), Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b), Outros processos (d), Total, Provisão trabalhista (a), Provisão para processo FAP (b), Outros processos (d), Total, Provisão trabalhista (a), Provisão para processo FAP (b), Outros processos (d), Total.

renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$11.180. Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$4.129, a processos trabalhistas, no montante de R\$740 e a bloqueios judiciais, no montante de R\$6; (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$476 e a bloqueios judiciais de R\$141; e (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$30. (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2016, esses depósitos apresentavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Forneceedores". Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$515 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos". As movimentações das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Table with columns: Saldo em 31/12/2015, Adições, Pagamento de movimentações, Saldo em 31/12/2016. Rows include Provisão trabalhista, Provisão FAP, Outros processos, Total, Processo CADE - multa, Processo CADE - faturamento TRA, Provisão FAP, Outros processos, Total, Consolidado, Outras movimentações, Saldo em 31/12/2016, Provisão trabalhista, Provisão FAP, Outros processos, Total, Consolidado, Outras movimentações, Saldo em 31/12/2016.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de suspensão patrimonial solidária da Receita Federal do Brasil, em decorrência da cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação). A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DJR em São Paulo/SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de opção aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou intimação de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos. A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar, ao qual, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao recurso de opção da Fazenda Nacional. Em 05 de dezembro de 2016, a Fazenda Nacional opôs embargos de declaração o qual está pendente de julgamento. O termo de conclusão das contingências é incerto e depende do andamento dos processos nas instâncias judiciais.

Table with columns: Saldo em 31/12/2015, Outras movimentações, Saldo em 31/12/2016. Rows include Natureza da ação, Adjueriana, Cível, Trabalhista, Tributária, Outras, Total, etc.

17. Arrendamento - Consolidado a) Arrendamento financeiro: A Companhia possui ativos que eram vinculados a contrato de arrendamento mercantil financeiro (leasing). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra, em 5 de dezembro de 2016, os mesmos foram liquidados. Até a liquidação dos contratos, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$24, relativo a despesas financeiras, e R\$263 relativos à despesa de depreciação. b) Arrendamento operacional: A Companhia, por meio de suas filiais e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-MF/GV.

Table with columns: 2017, 2018, 2019, 2020 - término do contrato, Total. Rows include Teccon Santos, Teccon Imbituba, Teccon Terminal de Carga Geral, Teccon Terminal de Veículos, Total, etc.

Table with columns: Início do contrato, Término do contrato. Rows include Teccon Santos, Teccon Terminal de Carga Geral, Teccon Terminal de Veículos, etc.

Table with columns: Custo por contêiner movimentado, Custo por tonelada movimentada, Custo por veículo movimentado. Rows include Teccon Santos (a), Teccon Santos (b), Teccon Santos (c), Teccon Santos (d), Teccon Imbituba (e), Teccon Terminal de Carga Geral (f), Teccon Terminal de Veículos (g), Teccon Terminal de Veículos (h), Teccon Terminal de Veículos (i), Teccon Terminal de Veículos (j), Teccon Terminal de Veículos (k), Teccon Terminal de Veículos (l), Teccon Terminal de Veículos (m), Teccon Terminal de Veículos (n), Teccon Terminal de Veículos (o), Teccon Terminal de Veículos (p), Teccon Terminal de Veículos (q), Teccon Terminal de Veículos (r), Teccon Terminal de Veículos (s), Teccon Terminal de Veículos (t), Teccon Terminal de Veículos (u), Teccon Terminal de Veículos (v), Teccon Terminal de Veículos (w), Teccon Terminal de Veículos (x), Teccon Terminal de Veículos (y), Teccon Terminal de Veículos (z).

18. Patrimônio Líquido - Controladora a) Capital social: Emitidas/autorizadas sem valor nominal 666.086.554 454.629.482 = 211.457.072

Em 31 de dezembro de 2016, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Table with columns: Programas, Prazos de exercício, Prazos de exercício, Valor das opções R\$/Unidade, Quantidade de unidades emitidas, Quantidade de unidades em circulação, Quantidade de unidades em reserva, Quantidade de unidades em saldo. Rows include Programas 2006 a 2011, 2010/12 - Programa 2012, 2012/12 - Programa 2013, 2013/12 - Programa 2014, 2014/12 - Programa 2015, 2015/12 - Programa 2016, 2016/12 - Programa 2017, 2017/12 - Programa 2018, 2018/12 - Programa 2019, 2019/12 - Programa 2020, 2020/12 - Programa 2021, 2021/12 - Programa 2022, 2022/12 - Programa 2023, 2023/12 - Programa 2024, 2024/12 - Programa 2025, 2025/12 - Programa 2026, 2026/12 - Programa 2027, 2027/12 - Programa 2028, 2028/12 - Programa 2029, 2029/12 - Programa 2030, 2030/12 - Programa 2031, 2031/12 - Programa 2032, 2032/12 - Programa 2033, 2033/12 - Programa 2034, 2034/12 - Programa 2035, 2035/12 - Programa 2036, 2036/12 - Programa 2037, 2037/12 - Programa 2038, 2038/12 - Programa 2039, 2039/12 - Programa 2040, 2040/12 - Programa 2041, 2041/12 - Programa 2042, 2042/12 - Programa 2043, 2043/12 - Programa 2044, 2044/12 - Programa 2045, 2045/12 - Programa 2046, 2046/12 - Programa 2047, 2047/12 - Programa 2048, 2048/12 - Programa 2049, 2049/12 - Programa 2050, 2050/12 - Programa 2051, 2051/12 - Programa 2052, 2052/12 - Programa 2053, 2053/12 - Programa 2054, 2054/12 - Programa 2055, 2055/12 - Programa 2056, 2056/12 - Programa 2057, 2057/12 - Programa 2058, 2058/12 - Programa 2059, 2059/12 - Programa 2060, 2060/12 - Programa 2061, 2061/12 - Programa 2062, 2062/12 - Programa 2063, 2063/12 - Programa 2064, 2064/12 - Programa 2065, 2065/12 - Programa 2066, 2066/12 - Programa 2067, 2067/12 - Programa 2068, 2068/12 - Programa 2069, 2069/12 - Programa 2070, 2070/12 - Programa 2071, 2071/12 - Programa 2072, 2072/12 - Programa 2073, 2073/12 - Programa 2074, 2074/12 - Programa 2075, 2075/12 - Programa 2076, 2076/12 - Programa 2077, 2077/12 - Programa 2078, 2078/12 - Programa 2079, 2079/12 - Programa 2080, 2080/12 - Programa 2081, 2081/12 - Programa 2082, 2082/12 - Programa 2083, 2083/12 - Programa 2084, 2084/12 - Programa 2085, 2085/12 - Programa 2086, 2086/12 - Programa 2087, 2087/12 - Programa 2088, 2088/12 - Programa 2089, 2089/12 - Programa 2090, 2090/12 - Programa 2091, 2091/12 - Programa 2092, 2092/12 - Programa 2093, 2093/12 - Programa 2094, 2094/12 - Programa 2095, 2095/12 - Programa 2096, 2096/12 - Programa 2097, 2097/12 - Programa 2098, 2098/12 - Programa 2099, 2099/12 - Programa 2100, 2100/12 - Programa 2101, 2101/12 - Programa 2102, 2102/12 - Programa 2103, 2103/12 - Programa 2104, 2104/12 - Programa 2105, 2105/12 - Programa 2106, 2106/12 - Programa 2107, 2107/12 - Programa 2108, 2108/12 - Programa 2109, 2109/12 - Programa 2110, 2110/12 - Programa 2111, 2111/12 - Programa 2112, 2112/12 - Programa 2113, 2113/12 - Programa 2114, 2114/12 - Programa 2115, 2115/12 - Programa 2116, 2116/12 - Programa 2117, 2117/12 - Programa 2118, 2118/12 - Programa 2119, 2119/12 - Programa 2120, 2120/12 - Programa 2121, 2121/12 - Programa 2122, 2122/12 - Programa 2123, 2123/12 - Programa 2124, 2124/12 - Programa 2125, 2125/12 - Programa 2126, 2126/12 - Programa 2127, 2127/12 - Programa 2128, 2128/12 - Programa 2129, 2129/12 - Programa 2130, 2130/12 - Programa 2131, 2131/12 - Programa 2132, 2132/12 - Programa 2133, 2133/12 - Programa 2134, 2134/12 - Programa 2135, 2135/12 - Programa 2136, 2136/12 - Programa 2137, 2137/12 - Programa 2138, 2138/12 - Programa 2139, 2139/12 - Programa 2140, 2140/12 - Programa 2141, 2141/12 - Programa 2142, 2142/12 - Programa 2143, 2143/12 - Programa 2144, 2144/12 - Programa 2145, 2145/12 - Programa 2146, 2146/12 - Programa 2147, 2147/12 - Programa 2148, 2148/12 - Programa 2149, 2149/12 - Programa 2150, 2150/12 - Programa 2151, 2151/12 - Programa 2152, 2152/12 - Programa 2153, 2153/12 - Programa 2154, 2154/12 - Programa 2155, 2155/12 - Programa 2156, 2156/12 - Programa 2157, 2157/12 - Programa 2158, 2158/12 - Programa 2159, 2159/12 - Programa 2160, 2160/12 - Programa 2161, 2161/12 - Programa 2162, 2162/12 - Programa 2163, 2163/12 - Programa 2164, 2164/12 - Programa 2165, 2165/12 - Programa 2166, 2166/12 - Programa 2167, 2167/12 - Programa 2168, 2168/12 - Programa 2169, 2169/12 - Programa 2170, 2170/12 - Programa 2171, 2171/12 - Programa 2172, 2172/12 - Programa 2173, 2173/12 - Programa 2174, 2174/12 - Programa 2175, 2175/12 - Programa 2176, 2176/12 - Programa 2177, 2177/12 - Programa 2178, 2178/12 - Programa 2179, 2179/12 - Programa 2180, 2180/12 - Programa 2181, 2181/12 - Programa 2182, 2182/12 - Programa 2183, 2183/12 - Programa 2184, 2184/12 - Programa 2185, 2185/12 - Programa 2186, 2186/12 - Programa 2187, 2187/12 - Programa 2188, 2188/12 - Programa 2189, 2189/12 - Programa 2190, 2190/12 - Programa 2191, 2191/12 - Programa 2192, 2192/12 - Programa 2193, 2193/12 - Programa 2194, 2194/12 - Programa 2195, 2195/12 - Programa 2196, 2196/12 - Programa 2197, 2197/12 - Programa 2198, 2198/12 - Programa 2199, 2199/12 - Programa 2200, 2200/12 - Programa 2201, 2201/12 - Programa 2202, 2202/12 - Programa 2203, 2203/12 - Programa 2204, 2204/12 - Programa 2205, 2205/12 - Programa 2206, 2206/12 - Programa 2207, 2207/12 - Programa 2208, 2208/12 - Programa 2209, 2209/12 - Programa 2210, 2210/12 - Programa 2211, 2211/12 - Programa 2212, 2212/12 - Programa 2213, 2213/12 - Programa 2214, 2214/12 - Programa 2215, 2215/12 - Programa 2216, 2216/12 - Programa 2217, 2217/12 - Programa 2218, 2218/12 - Programa 2219, 2219/12 - Programa 2220, 2220/12 - Programa 2221, 2221/12 - Programa 2222, 2222/12 - Programa 2223, 2223/12 - Programa 2224, 2224/12 - Programa 2225, 2225/12 - Programa 2226, 2226/12 - Programa 2227, 2227/12 - Programa 2228, 2228/12 - Programa 2229, 2229/12 - Programa 2230, 2230/12 - Programa 2231, 2231/12 - Programa 2232, 2232/12 - Programa 2233, 2233/12 - Programa 2234, 2234/12 - Programa 2235, 2235/12 - Programa 2236, 2236/12 - Programa 2237, 2237/12 - Programa 2238, 2238/12 - Programa 2239, 2239/12 - Programa 2240, 2240/12 - Programa 2241, 2241/12 - Programa 2242, 2242/12 - Programa 2243, 2243/12 - Programa 2244, 2244/12 - Programa 2245, 2245/12 - Programa 2246, 2246/12 - Programa 2247, 2247/12 - Programa 2248, 2248/12 - Programa 2249, 2249/12 - Programa 2250, 2250/12 - Programa 2251, 2251/12 - Programa 2252, 2252/12 - Programa 2253, 2253/12 - Programa 2254, 2254/12 - Programa 2255, 2255/12 - Programa 2256, 2256/12 - Programa 2257, 2257/12 - Programa 2258, 2258/12 - Programa 2259, 2259/12 - Programa 2260, 2260/12 - Programa 2261, 2261/12 - Programa 2262, 2262/12 - Programa 2263, 2263/12 - Programa 2264, 2264/12 - Programa 2265, 2265/12 - Programa 2266, 2266/12 - Programa 2267, 2267/12 - Programa 2268, 2268/12 - Programa 2269, 2269/12 - Programa 2270, 2270/12 - Programa 2271, 2271/12 - Programa 2272, 2272/12 - Programa 2273, 2273/12 - Programa 2274, 2274/12 - Programa 2275, 2275/12 - Programa 2276, 2276/12 - Programa 2277, 2277/12 - Programa 2278, 2278/12 - Programa 2279, 2279/12 - Programa 2280, 2280/12 - Programa 2281, 2281/12 - Programa 2282, 2282/12 - Programa 2283, 2283/12 - Programa 2284, 2284/12 - Programa 2285, 2285/12 - Programa 2286, 2286/12 - Programa 2287, 2287/12 - Programa 2288, 2288/12 - Programa 2289, 2289/12 - Programa 2290, 2290/12 - Programa 2291, 2291/12 - Programa 2292, 2292/12 - Programa 2293, 2293/12 - Programa 2294, 2294/12 - Programa 2295, 2295/12 - Programa 2296, 2296/12 - Programa 2297, 2297/12 - Programa 2298, 2298/12 - Programa 2299, 2299/12 - Programa 2300, 2300/12 - Programa 2301, 2301/12 - Programa 2302, 2302/12 - Programa 2303, 2303/12 - Programa 2304, 2304/12 - Programa 2305, 2305/12 - Programa 2306, 2306/12 - Programa 2307, 2307/12 - Programa 2308, 2308/12 - Programa 2309, 2309/12 - Programa 2310, 2310/12 - Programa 2311, 2311/12 - Programa 2312, 2312/12 - Programa 2313, 2313/12 - Programa 2314, 2314/12 - Programa 2315, 2315/12 - Programa 2316, 2316/12 - Programa 2317, 2317/12 - Programa 2318, 2318/12 - Programa 2319, 2319/12 - Programa 2320, 2320/12 - Programa 2321, 2321/12 - Programa 2322, 2322/12 - Programa 2323, 2323/12 - Programa 2324, 2324/12 - Programa 2325, 2325/12 - Programa 2326, 2326/12 - Programa 2327, 2327/12 - Programa 2328, 2328/12 - Programa 2329, 2329/12 - Programa 2330, 2330/12 - Programa 2331, 2331/12 - Programa 2332, 2332/12 - Programa 2333, 2333/12 - Programa 2334, 2334/12 - Programa 2335, 2335/12 - Programa 2336, 2336/12 - Programa 2337, 2337/12 - Programa 2338, 2338/12 - Programa 2339, 2339/12 - Programa 2340, 2340/12 - Programa 2341, 2341/12 - Programa 2342, 2342/12 - Programa 2343, 2343/12 - Programa 2344, 2344/12 - Programa 2345, 2345/12 - Programa 2346, 2346/12 - Programa 2347, 2347/12 - Programa 2348, 2348/12 - Programa 2349, 2349/12 - Programa 2350, 2350/12 - Programa 2351, 2351/12 - Programa 2352, 2352/12 - Programa 2353, 2353/12 - Programa 2354, 2354/12 - Programa 2355, 2355/12 - Programa 2356, 2356/12 - Programa 2357, 2357/12 - Programa 2358, 2358/12 - Programa 2359, 2359/12 - Programa 2360, 2360/12 - Programa 2361, 2361/12 - Programa 2362, 2362/12 - Programa 2363, 2363/12 - Programa 2364, 2364/12 - Programa 2365, 2365/12 - Programa 2366, 2366/12 - Programa 2367, 2367/12 - Programa 2368, 2368/12 - Programa 2369, 2369/12 - Programa 2370, 2370/12 - Programa 2371, 2371/12 - Programa 2372, 2372/12 - Programa 2373, 2373/12 - Programa 2374, 2374/12 - Programa 2375, 2375/12 - Programa 2376, 2376/12 - Programa 2377, 2377/12 - Programa 2378, 2378/12 - Programa 2379, 2379/12 - Programa 2380, 2380/12 - Programa 2381, 2381/12 - Programa 2382, 2382/12 - Programa 2383, 2383/12 - Programa 2384, 2384/12 - Programa 2385, 2385/12 - Programa 2386, 2386/12 - Programa 2387, 2387/12 - Programa 2388, 2388/12 - Programa 2389, 2389/12 - Programa 2390, 2390/12 - Programa 2391, 2391/12 - Programa 2392, 2392/12 - Programa 2393, 2393/12 - Programa 2394, 2394/12 - Programa 2395, 2395/12 - Programa 2396, 2396/12 - Programa 2397, 2397/12 - Programa 2398, 2398/12 - Programa 2399, 2399/12 - Programa 2400, 2400/12 - Programa 2401, 2401/12 - Programa 2402, 2402/12 - Programa 2403, 2403/12 - Programa 2404, 2404/1

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração. Em 22 de agosto de 2016, as *units* foram canceladas, conforme nota explicativa nº 1. Com o cancelamento das *units*, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário. Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o Programa de Opção de Ações de 2016.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas/caudadas	Quantidade de ações - saldo	Consolidado								
									31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
02/03/16 - Programa 2016	2,29	2.897.395	-	-	1,18	-	-	2.897.395	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º Lote anual	965.798	02/03/17	02/03/19	-	-	-	-	965.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Lote anual	965.798	02/03/18	02/03/20	-	-	-	-	965.798	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º Lote anual	965.799	02/03/19	02/03/21	-	-	-	-	965.799	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das opções outorgadas	-	2.897.395	-	-	-	-	-	2.897.395	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções. Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa. Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções. O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais. O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão vestidas. Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$4.267 (R\$5.955 em 31 de dezembro de 2015). Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2016, as exercidas representam uma diluição na participação dos acionistas em 1,56% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 3,27%.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Concliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos: A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes da tributação	(18.438)	(25.029)	(22.279)	(14.219)
Exclusão de equivalência patrimonial	9.679	(9.736)	-	-
Lucro antes da tributação ajustado	(8.759)	(34.765)	(22.279)	(14.219)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(3.002)	(11.845)	(7.597)	(4.859)
- Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(2.102)	(8.344)	(5.347)	(3.413)
- Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(900)	(3.501)	(2.250)	(1.446)
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas Adições permanentes:	4.574	4.945	5.048	5.776
- Remuneração variável da Diretoria	898	2.166	898	2.166
- Plano de opção de compra de ações	1.435	1.999	1.451	2.025
- Outras	2.241	2.228	2.699	3.033
Exclusões permanentes:	-	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio pagos	-	(1.448)	-	(1.448)
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	(100)	-	(122)	(62)
- Incentivos fiscais	(100)	-	(122)	(62)
IV - Taxa efetiva:	-	-	-	-
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	1.472	(6.900)	(2.671)	855
- Alíquota efetiva	(16,8%)	19,8%	12,0%	(6,0%)
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	182	2.894
- Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	182	2.894
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	120	161
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	120	161
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	1.472	(6.900)	(2.369)	3.910
IRPJ e CSLL - correntes	5.538	-	9.410	7.860
IRPJ e CSLL - diferidos	(4.066)	(6.900)	(11.779)	(3.950)
Total	1.472	(6.900)	(2.369)	3.910

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, Santos Brasil Logística, TPV e Para Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	5.046	1.817	6.830	2.459
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.283	1.182	3.609	1.299
- Provisão para contingências	22.189	7.988	20.613	7.421
- Amortização do agio	(19.214)	(6.917)	(19.835)	(7.141)
- Depreciação	(45.615)	(16.421)	(47.800)	(17.208)
- Perda por desvalorização de ativos	7.218	2.598	7.660	2.757
- Outras	10.055	3.621	8.897	3.203
- Perdas atuariais	1.001	359	176	63
Total	(16.037)	(5.773)	(19.850)	(7.147)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	10.848	3.906	6.830	2.459
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.599	1.296	3.725	1.341
- Provisão para contingências	23.238	8.366	21.445	7.721
- Amortização do agio	(29.080)	(10.469)	(29.702)	(10.695)
- Depreciação	(51.102)	(18.397)	(52.303)	(18.828)
- Perda por desvalorização de ativos	7.218	2.598	7.660	2.757
- Outras	11.161	4.018	9.475	3.413
- Precatórios a receber	(1.282)	(464)	(1.194)	(432)
- Perdas atuariais	846	304	(80)	(29)
Total	(24.554)	(8.842)	(34.144)	(12.292)
Ativo	384	139	325	117
Passivo	(24.938)	(8.981)	(34.469)	(12.409)

Até 31 de dezembro de 2016, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Santos Brasil Logística e TVS.

25. Resultado por Ação

a) Resultado básico por ação: O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31/12/2016	
	Ordinárias	Total
Prejuízo do exercício	(19.910)	(19.910)
Média ponderada das ações	659.947.809	659.947.809
Resultado por ação básico	(0,03017)	(0,03017)

	31/12/2015		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Prejuízo do exercício	(12.455)	(5.674)	(18.129)
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação básico	(0,02747)	(0,02747)	(0,02747)
Resultado por <i>units</i> básico	(0,13735)	(0,13735)	(0,13735)

b) Resultado diluído por ação: Sobre o resultado da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31/12/2015		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Prejuízo do exercício	(12.455)	(5.674)	(18.129)
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação diluído	(0,02747)	(0,02747)	(0,02747)

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os preços de exercício das opções de compra de ações dos planos vigentes estão abaixo da cotação média de mercado do exercício, e, portanto, o efeito potencial dessas ações não é considerado no cálculo do resultado diluído.

26. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Hipóteses econômicas:		
- Taxa de Desconto	6,00% a.a.	7,00% a.a.
- Inflação Econômica	5,60% a.a.	7,70% a.a.
- Inflação Médica (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
- Fator Idade (Aging Factor)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
- Evolução do Custo Médico Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
- Evolução da Contribuição Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
Hipóteses biométricas:		
- Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo 16,3% (Santos Brasil Logística S.A.) e 7,5% (Demais empresas)	AT-2000, segregada por sexo 16,3% (Santos Brasil Logística S.A.) e 7,5% (Demais empresas)
- Rotatividade	7,5% (Demais empresas)	7,5% (Demais empresas)
- Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos	65 anos
- Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
- Permanência na Aposentadoria	40%	40%
Outras hipóteses:		
- Para participantes em atividade	- Para participantes em atividade	- Para participantes em atividade
- 90% casados com esposa 4 anos mais jovem	- 90% casados com esposa 4 anos mais jovem	- 90% casados com esposa 4 anos mais jovem
- Para participantes assistidos (apensados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral	- Para participantes assistidos (apensados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral	- Para participantes assistidos (apensados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral

Composição Familiar
Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	11.754	13.790	14.318	16.067
Custo do serviço	865	1.384	1.452	1.944
Juros sobre a obrigação	1.752	1.491	2.138	1.740
Benefícios pagos no ano (-)	(537)	(484)	(604)	(544)
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	3.294	(4.427)	3.702	(4.889)
Saldo Final	17.128	11.754	21.006	14.318

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo das obrigações atuariais	2.986	3.140	2.986	3.140
Perdas atuariais calculadas	18.020	11.178	18.020	11.178
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	21.006	14.318	21.006	14.318

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	11.754	13.790	14.318	16.067
Custo do serviço	865	1.384	1.452	1.944
Juros sobre a obrigação	1.752	1.491	2.138	1.740
Benefícios pagos no ano (-)	(537)	(484)	(604)	(544)
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	3.294	(4.427)	3.702	(4.889)
Saldo Final	17.128	11.754	21.006	14.318

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho)/Perda	(1.211)	1.505	(1.259)	1.661
Equivalência sobre (Ganho)/Perda	270	(306)	-	-
Efeito no patrimônio líquido	2.443	(3.228)	2.443	(3.228)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Efeitos				
- Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	18.659	12.696	22.887	15.269
- Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	15.787	10.918	19.359	13.502
- Tábua de mortalidade -10%	17.765	12.209	21.796	14.873
- Tábua de mortalidade +10%	16.356	11.350	20.097	13.823
- Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	20.489	13.826	25.137	16.926
- Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	14.521	10.104	17.807	12.251

27. Instrumentos Financeiros

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:				
- Empréstimos e recebíveis:				
- Contas a receber	53.236	69.799	85.999	93.142
- Dividendos a receber	1.758	4.439	-	-
- Precatórios a receber	-	-	5.136	4.783
- Outros valores a receber	5.976	5.064	5.976	5.064
Total	60.970	79.302	97.111	102.989
Valor justo por meio do resultado (*):				
- Caixa e equivalentes de caixa	113.406	189.258	192.557	226.115
- Instrumentos financeiros derivativos	34	4.540	37	5.525
Total	113.440	193.798	192.594	231.640
Passivo:				
- Outros passivos financeiros:				
- Mensurados pelo custo amortizado:				
- Empréstimos e financiamentos	70.471	123.934	87.351	155.709
- Debêntures	142.483	183.839	142.483	183.839
- Fornecedores	69.035	56.036	88.535	74.906
- Mútuo a pagar	-	70.427	-	-
- Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	113	3.826	113	3.826
- Precatórios a pagar (**)	-	-	4.109	3.826
Total	282.102	438.062	322.591	422.106
Valor justo por meio do resultado:				
- Instrumentos financeiros derivativos	1.997	-	2.859	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)																		
Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2015:						Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2016:						Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2015:						
Contas	Terminais		Terminal			Contas	Terminais		Terminal			Contas	Terminais		Terminal			
	Portuários	Logística	de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado	Portuários	Logística	de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado	Portuários	Logística	de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	824.275	243.970	58.449	–	(17.374)	1.109.320	90.177	22.157	8.071	201.583	(3.525)	318.463	101.807	16.840	7.976	251.261	(3.847)	374.037
Deduções da receita	(101.911)	(36.945)	(7.905)	–	1.761	(145.000)	–	–	–	192.557	–	192.557	–	–	–	226.115	–	226.115
Receita operacional líquida	722.364	207.025	50.544	–	(15.613)	964.320	90.177	22.157	8.071	9.026	(3.525)	125.906	101.807	16.840	7.976	25.146	(3.847)	147.922
Custo dos serviços prestados	(524.610)	(159.921)	(35.489)	–	15.613	(704.407)	1.090.516	169.182	165.875	550.164	(400.357)	1.575.380	1.131.501	182.447	174.660	580.813	(425.007)	1.644.414
Custos variáveis/fixos	(430.922)	(145.391)	(26.487)	–	15.613	(587.187)	238.398	6.475	53	22.673	–	267.599	225.384	6.114	51	21.725	–	253.274
Depreciação/amortização	(93.688)	(14.530)	(9.002)	–	–	(117.220)	–	–	–	400.357	(400.357)	–	–	–	–	425.007	(425.007)	–
Lucro bruto	197.754	47.104	15.055	–	–	259.913	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas operacionais	(134.168)	(40.184)	(1.311)	(69.226)	–	(244.889)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas com vendas	(83.812)	(30.234)	(1.348)	–	–	(115.394)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas gerais e administrativas	(42.284)	(9.708)	(788)	(58.705)	–	(111.485)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Depreciação/amortização	(406)	(75)	–	(13.886)	–	(14.367)	–	–	–	–	–	–	(43.600)	(2.685)	(73)	–	–	(46.358)
Outras	(7.666)	(167)	825	3.365	–	(3.643)	–	–	–	–	–	–	(30.925)	–	–	(52.034)	–	(82.959)
EBIT	63.586	6.920	13.744	(69.226)	–	15.024	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Depreciação/amortização	94.094	14.605	9.002	13.886	–	131.587	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
EBITDA	157.680	21.525	22.746	(55.340)	–	146.611	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Resultado financeiro	–	–	–	(29.243)	–	(29.243)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Equivalência patrimonial	–	–	–	9.736	(9.736)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
IRPJ/CSSL	–	–	–	(3.910)	–	(3.910)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(18.129)</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(1.640.085)</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$141.058 (R\$170.295 em 31 de dezembro de 2015), equivalentes a 18,9% do total da receita bruta consolidada.

Conselho de Administração																	
<p>Verônica Valente Dantas (Presidente) Maria Amália Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)</p>						<p>Daniel Pedreira Dorea Eduardo de Britto Pereira de Azevedo Ricardo Schenker Wajnberg</p>						<p>Julio André Kogut (Independente) Rodrigo Leonardo Anunciato (Independente)</p>					
Suplentes																	
<p>Ana Carolina Silva Moreira Lima Ana Cláudia Coutinho de Brito</p>						<p>Bernardo Velloso de Souza Guterres Victor Bastos Almeida Ricardo Cangçu Fontenelle Castorri</p>						<p>Pedro Henrique Nogueira Damasceno Roberto Knoepfelmacher</p>					
Diretoria																	
<p>Antônio Carlos Duarte Sepúlveda Diretor-Presidente e Diretor de Operações</p>						<p>Daniel Pedreira Dorea Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores</p>						<p>Marcos de Magalhães Tourinho Diretor Comercial</p>					
Conselho Fiscal																	
<p>Gilberto Braga (Presidente)</p>						<p>Leonardo Guimarães Pinto</p>						<p>Antonio Carlos Pinto de Azeredo</p>					
Suplentes																	
<p>Norberto Aguiar Tomaz</p>						<p>Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior</p>						<p>Roberto Francisco Silva</p>					
Milton Mazzo Júnior - CRC nº 1 SP 235131/O-5 - Gerente de Controladoria																	
Parecer do Conselho Fiscal																	
												São Paulo, 08 de fevereiro de 2017					
				Gilberto Braga Presidente do Conselho Fiscal				Leonardo Guimarães Pinto Membro do Conselho Fiscal				Antonio Carlos Pinto de Azeredo Membro do Conselho Fiscal					

O **Conselho Fiscal** da **Santos Brasil Participações S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta da administração para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e administradores da

Santos Brasil Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Consulta ao Órgão Regulador

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3e às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que em 1 de março de 2016, a Administração da Companhia, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, consulta referente a divergência de opinião entre a Administração e os auditores independentes antecessores, objeto de modificação no seu relatório relativo às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, datado de 8 de março de 2016, com relação a revisão e extensão da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis em virtude da prorrogação do prazo do arrendamento por mais 25 anos obtido pela Companhia em 30 de setembro de 2015, mediante ao Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97, de 28 de novembro de 1997. Até esta data, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, não havia se pronunciado com relação a essa consulta. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis - (Nota explicativa nº 16) Controladora e Consolidado

As provisões para demandas judiciais e administrativas são constituídas pela Companhia e suas controladas para fazer face às perdas prováveis em assuntos relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus consultores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível. Em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações contábeis como um todo, dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Indagamos os responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram os principais assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas. Obtivemos a lista de consultores legais que representam a Companhia e suas controladas nos processos judiciais e administrativos. Avaliamos as respostas às correspondências enviadas aos consultores legais externos e internos, contendo informações sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda para os assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis relevantes em andamento. Adicionalmente, analisamos a probabilidade de perda atribuída a cada assunto relevante, a documentação existente e as informações relacionadas aos principais assuntos. Ainda, com o apoio de nossos especialistas da área jurídica, avaliamos a adequada classificação como perda provável, possível ou remota para os processos relacionados ao (i) auto de infração sobre aproveitamento fiscal da amortização de Ágio e (ii) faturamento do TRA - Terminais Retroportuários Alfandegados, respectivamente. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, incluindo Goodwill (Ágio) - (Nota explicativa nº 13) Controladora e Consolidado

As demonstrações contábeis incluem valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (*Goodwill*) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E COMPANHIA Aberta - CNPJ/MF nº 02.762.121/001-04

Contas							Terminais			Terminal			Contas							Terminais			Terminal																										
Capital empregado							Portuários			Logística			de Veículos			Institucional			Eliminações			Consolidado			Capital empregado			Portuários			Logística			de Veículos			Institucional			Eliminações			Consolidado						
Ativo circulante							90.177			22.157			8.071			201.583			(3.525)			318.463			Ativo circulante			101.807			16.840			7.976			251.261			(3.847)			374.037						
Caixas e equivalentes de caixa							–			–			–			192.557			–			192.557			Caixas e equivalentes de caixa			–			–			226.115			–			226.115									
Outros							90.177			22.157			8.071			9.026			(3.525)			125.906			Outros			101.807			16.840			7.976			25.146			(3.847)			147.922						
Ativo não circulante							1.090.516			169.182			165.875			550.164			(400.357)			1.575.380			Ativo não circulante			1.131.501			182.447			174.660			580.813			(425.007)			1.644.414						
Outros							238.398			6.475			53			22.673			–			267.599			Outros			225.384			6.114			51			21.725			–			253.274						
Investimento							–			–			–			400.357			(400.357)			–			Investimento			–			–			–			425.007			(425.007)			–						
Imobilizado							760.391			122.793			4.904			31.528			–			919.616			Imobilizado			808.914			136.068			4.751			31.528			–			981.261						
Intangível							91.727			39.914			160.918			95.606			–			388.165			Intangível			97.203			40.265			169.858			102.553			–			409.879						
Passivo circulante							(92.208)			(21.893)			(4.292)			(5.994)			3.525			(120.862)			Passivo circulante			(79.277)			(25.583)			(4.135)			(4.058)			3.850			(109.203)						
Fornecedores							(58.519)			(14.095)			(3.405)			(141)			2.646			(73.514)			Fornecedores			(42.944)			(16.870)			(2.996)			(42)			2.967			(59.885)						
Outros							(33.689)			(7.798)			(887)			(5.853)			879			(47.348)			Outros			(36.333)			(8.713)			(1.139)			(4.016)			883			(49.318)						
Passivo não circulante							(90.083)			(3.301)			(81)			(39.431)			–			(132.896)			Passivo não circulante			(89.546)			(2.685)			(73)			(52.034)			–			(144.338)						
Fornecedores							(15.021)			–			–			–			–			(15.021)			Fornecedores			(15.021)			–			–			–			(15.021)									
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis							(37.989)			(3.301)			(81)			–			–			(41.371)			Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis			(43.600)			(2.685)			(73)			–			–			(46.358)						
Outros							(37.073)			–			(39.431)			–			(76.504)			Outros			(30.925)			–			–			(52.034)			–			(82.959)									
Total							<u>998.402</u>			<u>166.145</u>			<u>169.573</u>			<u>706.322</u>			<u>(400.357)</u>			<u>1.640.085</u>			Total							<u>1.064.485</u>			<u>171.019</u>			<u>178.428</u>			<u>775.982</u>			<u>(425.004)</u>			<u>1.764.910</u>		
Fontes de capital							–			–			–			–			–			163.527			Fontes de capital							–			–			–			–			144.728					
Passivo circulante							–			–			–			–			–			163.414			Passivo circulante							–			–			–			–			140.902					
Empréstimos e financiamentos							–			–			–			–			–			–			Empréstimos e financiamentos							–			–			–			–			–					
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar							–			–			–			–			–			113			Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar							–			–			–			–			3.826					
Passivo não circulante							–			–			–			–			–			87.426			Passivo não circulante							–			–			–			–			212.964					
Empréstimos e financiamentos							–			–			–			–			–			66.420			Empréstimos e financiamentos							–			–			–			–			198.646					
Passivo atuarial							–			–			–			–			–			21.006			Passivo atuarial							–			–			–			–			14.318					
Patrimônio líquido							–			–			–			–			–			1.389.132			Patrimônio líquido							–			–			–			–			1.407.218					
Patrimônio líquido							–			–			–			–			–			1.391.364			Patrimônio líquido							–			–			–			–			1.407.007					
Passivo atuarial							–			–			–</																																				